



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA  
ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL  
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ  
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO  
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA  
DILMAR LOPES CAMERINO  
DENNIS LIMA CALHEIROS  
VICENTE FELIX CORREIA  
JOSÉ ARTUR DE MELO  
EDUARDO TAVARES MENDES  
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ  
MARCOS BARROS MERO  
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY  
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO  
DILMAR LOPES CAMERINO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA  
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
HUMBERTO PIMENTEL COSTA  
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR  
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO  
DIRETOR DO 1º CAO  
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES  
DIRETOR DO 2º CAO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
CHEFE DE GABINETE  
ALMIR JOSÉ CRESCENCIO  
DIRETOR GERAL  
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL  
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO  
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO  
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO  
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS  
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS  
ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS  
DIRETORA DE PESSOAL  
DILMA ALVES DE QUEIROZ  
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS  
CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA  
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA  
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO  
JANAINA RIBEIRO SOARES  
DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA  
PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 18 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3135/2016.

Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda/Superintendência da Receita Estadual.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 102/2017.

Interessado: Dr. Adivaldo Batista de Souza Júnior, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Remeta-se cópia à douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça. Em seguida, à DP para as providências cabíveis.

Proc: 160/2017.

Interessado: Dr. Carlos Omena Simões, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, arquite-se.

Proc: 173/2017.

Interessado: 5ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, arquite-se.

Proc: 188/2017.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, arquite-se.

Proc: 202/2017.

Interessado: 61ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Arquite-se.

Proc: 218/2017.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 225/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 226/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Água Branca,

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 02.2016.00001651-0.

Interessado: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Adotadas as medidas legais cabíveis, no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2016.00001883-0.

Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000078-8.

Interessado: CONSELHO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ANTÍDIO VIEIRA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000079-9.

Interessado: Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000080-0.

Interessado: Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000081-1.

Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000082-2.

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - Cartório da 5ª Zona Eleitoral.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000086-6.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000138-7.

Interessado: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio.

Proc: 02.2017.00000140-0.

Interessado: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 18 de janeiro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público

Protocolo 290756

PORTARIA PGJ nº 188, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das suas atribuições legais, RESOLVE designar o servidor PATRICK ROCHA DE BARROS, portador do CPF nº 628.745.512-87, Auditor do Ministério Público, para responder pelo cargo de Diretor da Controladoria Interna do Ministério Público até que o titular entre em exercício.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 290759

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2015

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: ELÓGICA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA (CNPJ nº 11.376.753/0001-12).

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de manutenção de sistemas de folha de pagamento dos servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, nº 5/2015, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 14 de janeiro de 2017 até 13 de janeiro de 2018, face aplicação do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-5068/2016.

DO VALOR: O valor mensal do contrato é de R\$ 6.943,00 (seis mil, novecentos e quarenta e três reais) e perfaz o valor total de R\$ 83.316,00 (oitenta e três mil, trezentos e dezesseis reais). Face acordo entre as partes, pactuada em reunião realizada em 12 de janeiro de 2017 (Ata de reunião nº 11/2017), com a comissão para promover as medidas necessárias à renegociação dos contratos, a Contratada aplicará desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal na nota fiscal, durante o período de prorrogação do contrato. Assim, durante este período de 14/01/2017 até 13/01/2018, o valor mensal do contrato será de R\$ 6.248,70 (seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de Despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 13 de janeiro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Marcel Ivo Violet e Severino Manoel de Oliveira Filho (Representantes legais da Contratada).

===== >>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<< =====

AO(S) '18' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

#####

Proc. 237/2017

Interessado:

NUCLEO DE DEFESA DO PATRIMONIO PUBLICO

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE SERVIDOR DA ALE

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 236/2017

Interessado:

DR. MARIO AUGUSTO SOARES MARTINS, PROMOTOR DE JUSTIÇA, DIRETOR DO CAO/AFC

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

DIRETORIA GERAL

#####

Proc. 234/2017

Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA MATA GRANDE

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####  
Proc. 231/2017  
Interessado:  
DR. ALBERTO TENORIO VIEIRA, PROMOTOR DE JUSTICA  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REMETENDO INFORMAÇÕES  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 230/2017  
Interessado:  
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COMUNICANDO  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 228/2017  
Interessado:  
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COMUNICA CONVERSAO DE PROCEDIMENTO PREPARATORIO EM IC  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 229/2017  
Interessado:  
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COMUNICA CONVERSAO DE PROCEDIMENTO PREPARATORIO EM IC  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 227/2017  
Interessado:  
WARNER DE LEITE DE ASSIS, CURADOR  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REQ. COPIA DO PROCESSO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 241/2017  
Interessado:  
COMISSAO DE RENEGOGIAÇÃO DE CONTRATOS  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL  
#####  
Proc. 246/2017  
Interessado:  
DR. CLAUDIO JOSE MOREIRA TELES,PROMOTOR DE JUSTIÇA  
Natureza:  
REQ. DESIGNACAO DO GECOC  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 254/2017  
Interessado:  
ASSESSORIA MILITAR DESTA PGJ  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SUSPENSAO DE GRATIFICACAO DE MILITARES  
Remetido para:  
DIRETORIA DE PESSOAL

#####  
Proc. 249/2017  
Interessado:  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
ENCAMINHAMENTO DE I.C.  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 238/2017  
Interessado:  
NUCLEO DE DEFESA DO PATRIMONIO PUBLICO  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO SERVIDOR DA ALE. PROC. PGJ  
4936/2016  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 239/2017  
Interessado:  
NUCLEO DE DEFESA DO PATRIMONIO PUBLICO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE SERVIDOR DA ALE. PROC. PGJ  
4937/2016  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 240/2017  
Interessado:  
FEDERAÇÃO ALAGOANA DE KUNG FU WUSHU  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COMUNICANDO  
Remetido para:  
ASSESSORA CERIMONIAL  
#####  
Proc. 244/2017  
Interessado:  
1ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE DELMIRO GOUVEIA  
Natureza:  
REQ. DESIGNACAO DE PROMOTOR  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 247/2017  
Interessado:  
DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL - DGPC  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SOLICITAÇÃO DE E-MAIL DE PROMOTORES DE JUSTIÇA  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 255/2017  
Interessado:  
DIREÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
ENVIO DE DOCUMENTOS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 245/2017

Interessado:

66ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 253/2017

Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

ENCAMINHAMENTO DE INQUERITO CIVIL

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 5388/2016

Interessado:

JUIZO DE DIREITO - 4º JUIZADO DE VIOL. DOM. E FAMILIAR CONTRA  
A MULHER

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

ENCAMINHAMENTO DE AUTOS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 133/2017

Interessado:

JUIZO DE DIREITO DA VARA DO UNICO OFICIO DE PAO DE ACUCAR

Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 252/2017

Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAO DE AÇUCAR

Natureza:

REQUERENDO FERIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

DIRETORIA DE PESSOAL

#####

Proc. 250/2017

Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

ENCAMINHAMENTO DE INQUERITO CIVIL PARA HOMOLOGAÇÃO DE  
ARQUIVAMENTO

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 251/2017

Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

CONVERSAO EM INQUERITO CIVIL PUBLICO

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

=====

---

## Promotorias de Justiça

Processo SAJ/MP nº 06.2016.00000289-3.

CORTE DE BARREIRA - EXTRAÇÃO IRREGULAR DE PRODUTOS  
MINERAIS - SOLO - MEIO AMBIENTE.

PORTARIA Nº 0004/2017/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 4º Promotor de Justiça da Capital, por conduto de representação formulada, informando danos ambientais consistentes no corte de barreira por trás do terreno da UNIT, com extração de produtos minerais, aparentemente sem licença ou autorização da autoridade ambiental competente, em face de ALMEIDA CONSTRUÇÕES, com sede na Avenida General Luiz de França Albuquerque, nº 38, bairro Guaxuma, nesta capital tudo apontando para risco à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio público e privado.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios)

CONSIDERANDO a exigência legal de Licenciamento Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente.

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

2 - juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo reclamante;

3 - requisição de fiscalização de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente do Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do local com as normas urbanísticas ao Secretário Municipal de Controle e Convívio Urbano;

4 - designo audiência para o dia 18 de abril de 2017, às 13:00 horas, notificando-se IMA, SMCCU, reclamante e representante da investigada.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se e cumpra-se.

Maceió, 13 de janeiro de 2017.

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 290743

SAJ MP nº06.2017.00000007-7

RECURSOS HÍDRICOS - LANÇAMENTO IRREGULAR DE EFLUENTES - RIACHO MATINHA - NASCENTES.

PORTARIA 5ª PJC Nº 0003/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente - 1º CAO, em face de termo de reclamação fornecida pela Sra. BENEDITA BARBOSA DOS SANTOS, informando que a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL, localizada à Rua Rosalvo Pinto Damaso, 224, Padre Cícero - Boca da Mata/AL, CEP 57680-000 detêm obra de saneamento, com o objetivo de lançar efluentes em área de nascentes, não havendo até a presente data licença ou autorização por parte dos órgãos de controle ambiental e de recursos hídricos, com possível risco a saúde, o meio ambiente e a higidez do corpo hídrico receptor.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO que o Estado, dentre outras tarefas, tem o dever de proteger a saúde e o meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos,

controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios)

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente e dos recursos hídricos;

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - Comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - Designo o estagiário, Vinícius de Almeida, para secretariar os trabalhos do presente inquérito civil;

4 - Expeça-se ofício à SEMARH requisitando informações acerca dos fatos em investigação, bem como expeça-se ofício ao IMA/AL requisitando cópia dos autos do processo que culminou na lavratura de auto de infração ou outro processo acerca da matéria;

5 - Designo o dia 06 de abril de 2017, às 06:00h, para realização de audiência, notificando-se o interessado, IMA, SEMARH e a Prefeitura Municipal de Boca da Mata.

6 - Oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 11 de janeiro de 2017

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 290745